

AVISO

Processo n.º 40/02-01 (2012)

Conforme o ponto 9.1.2 do Aviso de abertura de vários procedimentos concursais comuns com vista ao recrutamento excecional de trabalhadores, para contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o preenchimento de 6 (seis) postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Peniche para o ano de 2012, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 152, de 7 de agosto de 2012, Aviso n.º 10606/212, e em cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 9.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se pública, a Legislação Específica necessária à preparação dos temas indicados no ponto 9.1.1 do Aviso de abertura sobre os quais incidem as Provas de Conhecimentos Escritas, a qual, sendo de consulta não poderá conter qualquer anotação, nos seguintes termos:

REF.ª B) – 1 (um) Lugar na Carreira e Categoria de Técnico Superior (Jurista)

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:

REF. B)

Decreto-Lei n.º. 232/2007, de 15 de junho - Avaliação Ambiental de Planos e Programas;

Decreto-Lei n.º. 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º. 316/2007, de 19 de setembro, na redação atual e pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro - Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro e Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31.05 (redação atual Lei da água);

Decreto-Lei n.º. 124/2006, de 28 de junho, (redação atual) e Decreto-Lei n.º. 327/90, de 22 de outubro (redação atual) - Medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios;

Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março - Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional;

Decreto-Lei n.º. 166/2008, de 22 de agosto, que revoga o Decreto-Lei n.º. 93/90, de 19 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º. 180/2006, de 6 de setembro - Novo Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN);

Decreto-Lei n.º. 9/2007, de 17 de janeiro - Regulamento Geral do Ruído;

Lei n.º 107/2001, de 9 de setembro - Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural e Decreto-Lei n.º. 309/2009, de 23 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de dezembro - Procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda;

Lei n.º. 168/99, de 18 de setembro - Aprova o Código das Expropriações, na redação atual, e Decreto-Lei n.º 181/70, de 28.04;

Decreto-Lei n.º. 34021, de 11 de outubro de 1944 - Declara de utilidade pública as pesquisas, os estudos e os trabalhos de abastecimento de águas potáveis ou de saneamento de aglomerados populacionais;

Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de novembro - Aprova a política de solos;

Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/99, de 14 de setembro e pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto (republicação integral) e pela Lei n.º 10/2008, de 20 de fevereiro - Processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal;

Decreto n.º 862/76, de 22 de dezembro - Direito de preferência da Administração nas alienações, a título oneroso, de terrenos ou edifícios previsto na lei;

Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro - Regime jurídico da reabilitação urbana;

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro - Regime jurídico da urbanização e edificação, na sua redação atual;

Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro - Adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 2 de fevereiro, aos Trabalhadores Que Exercem Funções Públicas na Administração Pública;

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro - Conselhos Municipais de Educação e Carta Educativa;

Lei n.º 33/98, de 18 de julho - Conselhos Municipais de Segurança;

Resolução do CM n.º 39/2010, de 25 de maio - Estatuto das Conselheiras e dos Conselheiros Locais para a Igualdade;

Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de abril - Estatuto Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Adm. Central, Regional e Local do Estado;

Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro - Regime da Organização dos Serviços das Autarquias Locais;

Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro - Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude;

Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01 de abril - Acesso e Exercício no Licenciamento Zero;

Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro - Código de Processo nos Tribunais Administrativos;

Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro - Código do Procedimento Administrativo;

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro - Código dos Contratos Públicos;

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março - Férias, Faltas e Licenças;

Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro - Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado;

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro - Lei de proteção de crianças e jovens em Portugal.

Peniche, 08 de agosto de 2012

A Presidente do Júri - Dr.ª Margarida Pelerito Gonçalves.

Margarida Pelerito Gonçalves